

Afeto e representações identitárias nas narrativas de migrantes bolivianos no Brasil

VANESSA GENEROSO PAES¹

Esta sub-temática faz uma discussão acerca do conto “Funes, o Memorioso” do escritor argentino Jorge Luis Borges, perpassa o conceito de memória trabalhado pela crítica literária, também argentina, Beatriz Sarlo, cujo livro é denominado “Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva”, para com isso, demonstrar as variações deste conceito na literatura acadêmica moderna e estabelecer um *locus* de enunciação com o meu trabalho de pesquisa; visto que o conceito de memória é fundamental para que se compreenda a dinâmica dos trabalhos de história oral.

No conto “Funes, o Memorioso” Borges conta a história de Irineo Funes, personagem portador de uma memória detalhista, capaz de recordar cada minúcia de um objeto, perceber as diferenças de odores de cada situação vivenciada, reconstituir cada sonho de um passado distante; “suas lembranças não eram simples; cada imagem visual estava ligada a sensações musculares, térmicas...” (1998, p. 105); possuía a capacidade fenomenológica de reconstituir um dia inteiro de sua vida, mesmo que para isso necessitasse de um dia inteiro para que tal atividade pudesse ser concluída. Sua memória era tecida pela capacidade de compor, em detalhes, o movimento da percepção mnemônica.

Assim, Funes disse ao narrador: “Eu sozinho tenho mais lembranças que terão tido todos os homens desde que o mundo é mundo [...] Minha memória, senhor, é como um monte de lixo” (1998, p. 105). A percepção de lembrar é uma das várias condições da faculdade mental humana, mas lembrar de tudo é algo absurdo dentro do panorama perceptível da realidade. Sua memória não é seletiva, é absoluta, não é reflexiva, é racionalizada como um jogo de xadrez; não é porosa, pois preenche todas as fendas do esquecimento, não é passível de erro; embora, sua memória não contemple as nuances do pensar, pois para que este ocorra é necessário “esquecer as diferenças, generalizar, abstrair. No mundo entulhado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos” dos objetos e cenas do acontecido (1998, p. 108). A memória transbordante fez de Funes um

¹ Mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

carcerário de suas próprias lembranças; preso no imaginário de suas recordações não podia libertar-se dos labirintos turvos de suas rememorações porque estava fadado a viver nas águas turvas e insólitas da saturação por recordar. Funes é a metáfora da memória plena e absoluta.

A memória individual, como a memória dos narradores dessa pesquisa, é o espelho ao reverso de Funes, pois ao contrário dessa memória plena que Borges enfatiza no conto Funes, a memória individual é seletiva, falível, cheia de frestas, porosa e fadada ao esquecimento. É no jogo eterno entre o lembrar e o esquecer que a memória cria a sua atividade. A memória é por excelência uma representação presente de uma imagem ausente, advento interligado à problemática da fenomenologia da imaginação. A representação de uma lembrança anteriormente percebida, adquirida ou aprendida, indica a inclusão de uma imagem na lembrança. A memória, na literatura de Borges, se desloca no diálogo entre a história e a ficção.

Em *Matéria e Memória*, Henri Bergson demonstra uma rica fenomenologia da memória que é exercitada em sua escrita, assim como uma série de distinções de caráter analítico. Para Bergson, o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das ideias. A análise de Bergson está pautada no princípio de diferença entre a percepção-ideia, que surge no centro de um presente corporal contínuo; e de outro, o fenômeno da lembrança, cujo aparecimento é descrito por meios divergentes entre o perceber e o lembrar.

O verbo lembrar que estabelece um processo de emanção, de vir à tona o que estava submerso no plano do inconsciente, estabelecendo o surgimento do passado no jogo contínuo entre o processo corporal e o presente da percepção. Para Bergson, a memória funciona do seguinte modo: “aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros ‘signos’ destinados a evocar antigas imagens” (BOSI, 2004, p. 46).

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, também, interfere nos processos presentes das representações. É por meio da memória que o passado é atualizado e ressignificado, cruzando-se com o imediato do presente, onde

desloca os espaços das lembranças para o plano da consciência. A memória surge como uma potência subjetiva e as lembranças se materializam em imagens e sonhos.

Apesar das contribuições de Bergson aos estudos referentes à memória, a relação dessa memória individual com os fenômenos e estruturas sociais do ato de lembrar não é trabalhada por ele. Maurice Halbwachs que faz contraponto às análises de Bergson, na medida em que estuda os quadros sociais da memória. Desse modo, Halbwachs diz que a memória não está somente reduzida aos processos corporais e ao espírito, mas sim, aos processos e instituições sociais. A memória do indivíduo dependerá, agora, da relação entre as comunidades de destino em que o sujeito está inserido, tais como instituição familiar, partidos políticos, postos de trabalho, escola, instituições religiosas, etc. Todos os mecanismos sociais que compõem a vida do indivíduo, ajudarão a compor essa memória individual que, por fim, é constituída socialmente.

Para Halbwachs, imagem, lembrança e sentimento constroem-se nos meios e nas circunstâncias da esfera social. Para tanto, diz que

“só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vida de um ou mais grupos e de nos situar em uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, só posso falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vida desse grupo” (2004, p. 41)

Desta maneira, a memória é social, livre, onírica, espontânea, dando a entender o caráter de eterna reconstrução da mesma. Mediada pelo sujeito que lembra, a memória que Halbwachs teoriza é a memória do indivíduo atrelada à memória do grupo ao qual ele pertence; e este à esfera da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.

Precisamos ativar o mecanismo do estranhamento como forma de não cairmos nas armadilhas da percepção, como Ginzburg enfatiza em “Olhos de Madeira”², pois o ato de perceber deve ser acompanhado do princípio de estranhamento para que não se caia no risco de banalizar a realidade. É necessário um olhar de distanciamento para não fetichizar esse passado reconstituído pela memória estudando os vestígios de memória e os testemunhos às avessas, como foi promulgado por Benjamim em seus escritos. A memória traz consigo as “relações de força” de seu tempo e dos sujeitos que as ativam.

² GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

No livro memorável de Eléa Bosi, ela destaca a proeza que a memória representa:

“Não basta um esforço abstrato para recriar impressões passadas, nem palavras exprimem o sentimento de diminuição que acompanha a impossibilidade. Perdeu-se o tônus vital que permitia aquelas sensações, aquela captação do mundo. Quando passamos na mesma calçada, junto ao mesmo muro, o ruído da chuva nas folhas nos desperta alguma coisa. Mas, a sensação pálida de agora é uma reminiscência da alegria de outrora. Esta sombra tem algo parecido com a alegria, tem o seu contorno: é uma evocação” (2004, p. 84).

Essa memória que é matéria de experiências de vida vai perdendo suas evidências com o correr dos anos. Os sujeitos são dados a lembrar quando utilizam o discurso, expressam por meio da linguagem, a memória de suas vidas. Memória sonho, memória onírica, lugares de memória são dimensões de algo que está em constante modificação e repleto de significação social.

É importante salientar que memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos ocorridos, objetivos e materiais de uma vida, mas cada narrador constrói e qualifica essas lembranças por meio do filtro de suas experiências. As memórias podem ser individuais, sociais ou coletivas. A independência delas se explica pela capacidade de individuação. Porém, nem sempre a memória de um passado distante irrompe por questões de querer. Às vezes, é fruto de apagamentos, silenciamentos, ocasionados por traumas, situações de guerra, violências de Estado e outros fatores.

A problemática da narrativa e da experiência foi debatida nos escritos de Benjamin, principalmente, os intitulados “O narrador” e “Experiência e pobreza”³. Para Benjamin, a narrativa tem um caráter artesanal e funda-se na experiência passada oralmente de uma geração à outra e carrega consigo a experiência daquele que narra, o narrador. Assim, Benjamin escreve:

“Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde quando ninguém mais fia ou tece enquanto ouve história. Quando mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo de trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que a adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas

³ Ver BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas, vol. 1: p. 197-221, São Paulo: Brasiliense, 1987.

formas de trabalho manual... Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” (1987, p. 205).

O advento do capitalismo, ao interferir na dinâmica do trabalho, trouxe à narrativa mudanças na forma de transmissão da experiência. Com o surgimento do romance, esse tipo de experiência passou a ser, gradativamente, prejudicado porque enquanto a narrativa era compartilhada coletivamente, por meio da oralidade, a outras gerações, o romance é um estilo que surge com a invenção da imprensa e que tem uma produção e um consumo individual, desvinculando-se, assim, da experiência partilhada em grupos.

Narrar histórias é uma forma de continuar em contato com a experiência, e nesse, contexto a experiência ganha ampla dimensão. No entanto, a narrativa na contemporaneidade adquire outros significados e, atualmente, está misturada a diferenciados tipos de linguagens dos aparatos tecnológicos e meios de comunicação. A narrativa é “contada, lida ou vista no cinema, no livro ou qualquer outro veículo, mas não tem mais o vínculo com a produção artesanal na troca coletiva de experiências” (FERNANDES, 2003, p. 13). Há necessidade de recuperá-la, e a história oral é um dos exemplos mais latentes nesta busca, pois quando o entrevistado narra sua vida, rememora uma vivência esquecida, e a história oral trabalha com a valorização da experiência que ultrapassa o tempo fugaz da vida contemporânea.

Remeter-se ao silêncio e à memória, é perceber o quanto eles são permeados de sentidos e significados. A memória é “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar e se integra, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc” (POLLAK, 1989, p. 7). Desse modo, por existirem na lembrança atos de apagamentos, silenciamentos, esquecimentos, zonas de interditos e não-ditos, pode-se supor que os silêncios da memória são múltiplos porque podem expressar, como escreveu Orlandi, “emoções, o místico, a contemplação, a introspecção, a revolta, a resistência, a disciplina, o exercício do poder, a derrota da vontade...” (ORLANDI, 1997, p. 44). Existe uma relação entre silêncio e memória e essas dimensões da linguagem e da vida são repletas de significação. Pensar a memória como plataforma de acionamento dessas dimensões da vida é perceber a problematização das questões referentes aos sujeitos discursivos.

No livro “Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva”, Beatriz Sarlo apresenta algumas críticas aos usos e abusos do conceito de memória na esfera acadêmica, social e jurídica. Sua análise perpassa, desde narrativas não-ficcionais como romance históricos, biografias, autobiografias, entrevistas, histórias de vida, literatura de testemunho, até a própria incorporação desses estilos de memória no cânone acadêmico. Num balanço teórico sobre o *boom* da memória que é projetada na esfera social, ela diz: “vivemos na era da memória e o temor ou a ameaça de uma ‘perda de memória’ corresponde, mais que a supressão afetiva de algo que deveria ser lembrado, obedece a um ‘tema cultural’ que, em países onde houve violência, guerra ou ditaduras militares, se entrelaça com a política” (2007, p. 21). Esse retorno abusivo ao passado gera conflitos e guerras por àqueles que se acham detentores da memória de uma época e que pretendem legitimar suas versões diante de fatos e acontecimentos.

Vivemos num tempo de forte exposição das idéias, em que pessoas comuns fadadas a não existirem no discurso da historiografia, hoje são convidadas a dizer, a mostrar suas visões de mundo, serem ouvidas e participarem do plano historiográfico. As histórias do cotidiano, do tempo presente, da vida privada, dos oprimidos, antes relegadas às exclusões da história, passaram a serem reconhecidas pelos historiadores, pois as pessoas não são apenas frutos das estruturas históricas e sim protagonistas de negociações e de rebeliões privadas contra o poder vigente. Seus relatos eram ignorados, e recentemente, suas lembranças passaram a demandar novos métodos que “tendem à escuta sistemática dos discursos de memória” (2007, p. 17), como as cartas, os diários, os conselhos, as receitas culinárias e as orações.

Essa nova postura frente à produção do conhecimento ocasionou o que Sarlo denomina, nos dias atuais, de “guinada subjetiva”, fenômeno que tende, cada vez mais, a privilegiar os estudos de caso e abordagens ou fontes que favoreçam a possibilidade de investigar as estratégias individuais que a primeira pessoa do relato e o discurso indireto livre tomaram a palavra e passa a exercer o empoderamento da palavra narrada, como modos de subjetivação do narrado. Para Sarlo:

“Esse reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus personagens, que se concentra nos direitos e na verdade da subjetividade, sustenta grande parte da iniciativa reconstituidora das décadas de 1960 e 1970. Coincide com uma renovação análoga na sociologia da cultura e nos estudos culturais, em que a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas. Restaurou-se a razão do sujeito, que foi, há décadas, mera ‘ideologia’ ou ‘falsa consciência’, isto é,

discurso que encobria esse depósito escuro de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava” (2007, p. 19).

A história oral e o testemunho restabeleceram a confiança na primeira pessoa que narra sua vida para conservar essa lembrança ou para reparar uma situação ou identidade prejudicada. Para Sarlo é necessário, mais do que entender os processos de memória, entender a lembrança e examinar essa presença ausente do passado. A autora questiona a firmeza e autenticidade da memória, pois “recuperar o que foi perdido pela violência do poder, desejo cuja inteira legitimidade moral e psicológica não é suficiente para fundamentar uma legitimidade moral e psicológica não é suficiente para fundamentar uma legitimidade intelectual igualmente discutível” (2007, p. 42). Caso a memória almeje recuperar esse lugar perdido num tempo passado estaria, assim, eliminando o movimento que a afastaria de um plano utópico do discurso.

O valor da veracidade do testemunho pretende se sustentar a partir da experiência, na medida em que pode contribuir no ato de reparar um mal sofrido, tal como em casos de violência de Estado. No entanto, Sarlo demonstra a urgência de problematizar a extensão dessa hegemonia de memória como forma de compensar um dano social:

“induz uma relação afetiva, moral, com o passado, pouco compatível com o distanciamento e a busca de inteligibilidade que são o ofício do historiador. Essa atitude de deferência, de respeito com o passado, pouco compatível com o distanciamento e a busca de inteligibilidade que são o ofício do historiador. Essa atitude de deferência, de respeito congelado diante alguns episódios dolorosos do passado, pode tornar menos compreensível, na esfera pública, a pesquisa que se alimenta de novas perguntas e hipóteses. Do lado da memória, parece-me descobrir a ausência da possibilidade de discussão e de confrontação crítica, traços que definiriam a tendência a impor uma visão do passado” (2007, p. 43).

Sarlo salienta, também, a questão da pós-memória, capacidade de reconstituir as experiências de gerações passadas, apoiado na memória e em seus vestígios por meio de fatos recentes não presenciados pelos sujeitos que vivenciaram os acontecimentos, mas por herdeiros de gerações que passaram por traumas ou manifestações de violência. Essa tendência enfatiza que a “experiência do passado é vicária”. Para a autora, a diferença da memória para outras reconstituições do passado, reside primeiro no aspecto específico da imediatez, que trata de feições específicas da dimensão do passado; segundo por se tratar de uma memória onde estão explícitos dois níveis de

subjetividade, a memória das gerações anteriores e a memória que de quem a herdou. Esses detalhes dão visibilidade nas aparências fragmentárias dessa lembrança do passado ao demonstrar a incapacidade de visualizar o todo, principalmente, para as gerações que passaram por alguma experiência traumática.

Deste modo, a pergunta que a autora faz ainda reside, nos fazendo perceber até onde vão os limites dessa lembrança: qual a zona de conflito entre a experiência do trauma e as outras experiências de vida desse mesmo sujeito? Beatriz Sarlo tenta responder esses impasses por meio da literatura. Para ela, a literatura não consegue dar conta de toda a dimensão da vida e do discurso, mas ao menos tenta explicá-los, pois no plano da ficção o narrador sempre pensa de fora, causando um estranhamento, uma distância para “compreender menos, ser ingênuos, espantar-se, porque são essas reações que podem nos levar a enxergar mais, a aprender algo” (2007, p. 119) mais próximo da dimensão simbólica e material da realidade.

Por conseguinte, a exposição do conceito de memória foi abordada neste trabalho com o intuito de perceber as nuances desse conceito. Se em “Funes, o Memorioso” essa memória representa uma plenitude, não poderíamos dizer o mesmo para representar as dimensões da memória individual do sujeito no cotidiano. Ainda que Jorge Luis Borges não tenha escrito nada que formalize uma teoria da memória, por seus textos perpassam a poética e a filosofia em que a memória ocupa uma parte central. A memória em Borges é uma articuladora de tempos, recusa ser representada pela unicidade da narrativa, critica o prevailecimento de uma consciência histórica, estabelece contradições entre ficção e realidade, aponta a dialética entre tradição e fixidez, desconstrói o paroxismo do horror, podendo ser vista como um mecanismo de criar e desconstruir realidades.

Assim, a avaliação teórica realizada por Beatriz Sarlo tem uma importância primordial para os estudos sobre a memória e para a prática do historiador, uma vez que fica a irrestrita questão de como conciliar os diferenciados tipos de fontes, sem se deixar seduzir pelo canto das sireias que o aparato da comunicação moderna nos oferece. A perspectiva de ler e analisar os discursos da memória a partir do ponto de vista história oral também permite enxergar a perspectiva do discurso da memória mediante uma reflexão invertida de tempo, espaço e representações, uma vez que nos aportamos em

narrativas constituídas no presente para tentar compreender a dinâmica social de um passado.

Em consonância com afirmado acima, o conceito de memória tem atenção especial nessa pesquisa (história oral com famílias de migrantes bolivianos na cidade de São Paulo) porque é por meio dela que os colaboradores tecem suas narrações. Ela é concebida na pesquisa como um

“conjunto de impressões, imagens, lembranças e experiências recriadas pela linguagem. Não é fixa, monolítica, definida, mas encontra-se em constante elaboração. Concentra experiências oficialmente avalizadas, como também experiências que escapam ao enquadramento do que é considerado oficial e digno de ser lembrado, por serem experiências capazes de gerar memórias específicas e desencadear não só narrações das experiências vivenciadas, mas novo posicionamento ético e político frente ao mundo”. (BARBOSA, 2009. p.11)

A relação entre memória e história oral é muito próxima, uma vez que o oralista se utiliza das memórias materializadas nas narrativas para fazer posteriores análises. É importante frisar que os textos constituídos mediante os pressupostos da história oral são frutos de uma postura ética de colaboração, uma vez que a narrativa é resultante de negociações com os colaboradores, que conjuntamente com o oralista, compõem a partitura final da narrativa.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Xênia de Castro. Experiências de moradia: história oral com sem teto. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas, vol. 1: p. 197-221, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri . *Matéria e Memória*. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORGES, Jorge Luis. “*Funes, o memorioso*”, Ficções. São Paulo: Globo, 1998, vol. I, p. 539-546.

BORGES, Jorge Luis. “*Everness*”, O outro, o mesmo. São Paulo: Globo, 1998, vol. II, p. 328

BORGES, Jorge Luis. “*Guayaquil*”, O informe de Brodie. São Paulo: Globo, 1998, vol. II, p. 469-476

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FERNANDES, Adriana Hoffmann. *A narrativa no pensamento de Walter Benjamin*. In. *Cultura Vozes* – Nº 3, Maio-Junho, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio*. Campinas: Unicamp, 1997.

PINTO, Júlio Pimentel. *Uma Memória do Mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-35.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte, :UFMG, 2007.